



RTP

COMUNICADO

A 28 de Maio de 2013, os sindicatos iniciaram o processo negocial para a constituição de um novo Acordo de Empresa decorrente da denúncia do AE, por parte da empresa. Este tem sido o processo negocial mais longo e mais desgastante da história da RTP.

A primeira questão é a de saber se se justificava a denúncia e se uma revisão das matérias pecuniárias não teria abreviado pelo menos um ano. No nosso entendimento sim, tanto mais que ao fim de longos e penosos 18 meses a empresa chega à conclusão que era de manter o atual cláusulado com as alterações às incidências pecuniárias que permitissem a exceção ao artº 18 do DL 133/2013. Todo este esforço pareceria absurdo não fossem as insistentes pressões sobre a mesa negocial, exigidas pela dupla tutela, para que se eliminassem 6M€ em custos com pessoal. Tarefa impossível e que reduziria a maioria dos trabalhadores à indigência.

Após esgotadas todas as hipóteses e tendo por pressuposto a sustentabilidade da empresa a longo prazo, todos os sindicatos à mesa da negociação deram o pré acordo a um corte de 3,5M€ que resultaria na, eventual, eliminação da contribuição da empresa, de 6% sobre a remuneração de cada trabalhador, para o “seguro” de reforma. Os restantes cortes seriam feitos sobre os valores das ajudas de custo, subsídio de refeição, deslocações, transporte em viatura própria e valor de horas extraordinárias; tudo matérias decorrentes do art.º 18, e impostas pelo Tesouro, presidindo a preocupação dos sindicatos em minorar os seus efeitos. O restante cláusulado permaneceria intacto. Tal não aconteceu.

Na última versão de AE apresentada pela empresa, em Dezembro, foram introduzidas alterações inaceitáveis que conduziram à perda de direitos consagrados no atual AE, entre os quais a perda absoluta das progressões na categoria já vencidas, bem como a eliminação dos 0,75 no subsídio de senioridade para quem está no limite da progressão.

Pelo exposto chega-se à conclusão, inevitável, de que as negociações foram orientadas pelo acionista numa inaceitável intromissão na gestão da empresa, sem que a autonomia das partes fosse tida em conta ou respeitada.

O anexo 1 constante do Contrato de Concessão assinado no passado 6 de Março, demonstra o que nos preocupa:

- a pretensão de uma redução de custos com pessoal de 15M€ até 2016.
- a manutenção dos custos com pessoal, após os cortes sofridos, até 2018.
- o congelamento das progressões de carreira.

A tão propalada independência do Estado face à Empresa continua a produzir os mesmos efeitos e a impor as mesmas regras, desta vez com a agravante da alteração nos pressupostos. O Conselho de Administração pretende, agora, recorrer à banca e endividar a empresa, pelo que o nosso esforço para a sustentabilidade da RTP revela-se infrutífero.

Perante esta situação, os sindicatos não podem aceitar a diminuição de 3,5M€ em custos com pessoal, na perspectiva de garantir a sustentabilidade da empresa, quando, apesar dos lucros previstos, a empresa se pretende endividar. Nem concordam com a opção de recurso à banca. Os sindicatos consideram que os trabalhadores da RTP, passados 13 anos consecutivos de reestruturações, já suportaram mais do que o exigível, para que continuem a ser desconsiderados. Sabemos todos que o Governo recusou o real acréscimo da taxa do audiovisual que permitiria a sustentabilidade da Empresa. O Governo manteve deliberadamente a Rádio e a Televisão públicas subfinanciadas, obrigando-as a descapitalizarem-se profissionalmente, sobrevivendo, agora, com o trabalho de precários.

O Serviço Público de Rádio e Televisão carece, urgentemente, de um financiamento transparente e ajustado, não compatível com ideologias sangrentas.

Basta de pressões sobre os trabalhadores!

A DIRECÇÃO DO SINTTAV

A HISTÓRIA MOSTRA, QUE SÓ VENCE E CONSEGUE OS SEUS OBJECTIVOS, QUEM NÃO CEDE NOS SEUS PRINCÍPIOS.

SEMEAR IDEIAS, PARA GERAR CONSCIÊNCIAS, É DEVER SINDICAL
SINTTAV, O SINDICATO QUE TE DEFENDE.
SINDICALIZA-TE NO SINTTAV.

Consulte a nossa página em www.sinttav.org